



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**UM ANTRO DE DOENÇAS: GUERRA, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE SAÚDE  
NO RECIFE HOLANDÊS (1630-1654)**

Wilson Pires Belfort Júnior  
Aluno de Graduação em Licenciatura em História  
9º Período  
Orientador: Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda

**Artigo Científico para TCC**

Recife/PE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

- B428a Belfort Junior, Wilson Pires  
Um antro de doenças: guerra, cotidiano e condições de saúde no Recife holandês (1630-1654) / Wilson Pires Belfort Junior. – 2018.  
26 f. : il.
- Orientador: Bruno Romero Ferreira Miranda.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de  
História, Recife, BR-PE, 2018.  
Inclui referências.
1. Brasil – História - Domínio holandês, 1624-1654 2. Degradação ambiental 3. Saúde urbana – Recife (PE) I. Miranda, Bruno Romero Ferreira, orient.  
II. Título

CDD 981.34

## UM ANTRO DE DOENÇAS: GUERRA, COTIDIANO E CONDIÇÕES DE SAÚDE NO RECIFE HOLANDÊS (1630-1654)

Wilson Pires Belfort Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar, na forma de uma revisão historiográfica, o cotidiano da população do Recife durante a ocupação holandesa no Norte do Brasil, abordando especificamente as condições de saúde da cidade entre os anos de 1630 e 1654. O estudo se concentra na área escolhida para sediar o governo local da Companhia das Índias Ocidentais, onde problemas relacionados a degradação ambiental, potencializador de enfermidades entre os habitantes, tornando a manutenção da vida saudável dificultosa para aquela a população. Tal estado de coisa foi influenciado pela escolha da zona estuarina onde as operações comerciais já eram realizadas e as principais infraestruturas para este fim já estavam implementadas (porto marítimo e armazéns). Os fatores negativos que a área eleita oferecia a população, como a manutenção de condições salubres em detrimento da defesa militar, destacaram-se principalmente após o término da administração do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen em 1644. A análise procura relacionar ocorrências de doenças epidêmicas ou não-epidêmicas, na população invasora já carente de suprimentos em alimentos e outros bens, durante o longo período insurrecional. Nos últimos oito anos de ocupação neerlandesa, as reduções dos territórios ocupados, e a concentração de população na área urbana da sede local da Companhia, com prejuízo das condições de salubridade para a população ali residente, e baixas que potencializaram a perda de capacidade de resistências dos ocupantes.

**Palavras-chave:** Cotidiano, salubridade, degradação ambiental, ocupação holandesa.

**Abstract:** This article aims to present, in the form of a historiographic review, the daily life of the population of Recife during the Dutch occupation in the North of Brazil, specifically dealing with the city's health conditions between 1630 and 1654. The study focuses on the area chosen to host the local government of the West Indies Company, where problems related to environmental degradation, potentiators of diseases among the inhabitants, hinder to maintain the population's healthy. This state of affairs was influenced by the choice for the estuarine zone, where commercial operations were already carried out and the main infrastructures for this purpose were already in place (seaport and warehouses). The negative factors which the elected area offered the population, such as the maintenance of salubrious conditions to the detriment of the military defense, stood out especially after the end of the administration of Count Johan Maurits van Nassau-Siegen in 1644. The analysis tries to relate occurrences of diseases, epidemic or non-epidemic, in the invading population already deprived of food and other supplies during the long insurrectionary period. In the last eight years of Dutch occupation, the reductions of the occupied territories and the concentration of population in the urban area of the Company's local headquarters, caused a loss of salubrious conditions for the resident population, and the casualties ended up potentializing the loss of resistance capacity by the occupants.

**Keywords:** Daily life, healthiness, environmental degradation, Dutch occupation.

---

<sup>1</sup> Graduando da Licenciatura em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: [wilsonpb@hotmail.com.br](mailto:wilsonpb@hotmail.com.br)

## Introdução

Este trabalho tem como foco a análise das condições de vida dos neerlandeses que ocuparam o Norte do Brasil, em decorrência da escolha do local para sediar a sua administração local na região estuarina do Recife, empreendendo ações de urbanização e adensamento populacional que resultaram em degradação ambiental e prejuízo às condições de saúde da população ocupante daquela urbe. Trata-se, especificamente, da influência da salubridade decorrente de urbanização acelerada (sobreocupação populacional), principalmente na área onde a Companhia das Índias Ocidentais - WIC<sup>2</sup> instalou seu principal centro administrativo e comercial, de onde dirigia as ações de expansão e defesa territorial durante o período no qual manteve a posse das capitanias do Norte do Brasil.

Por meio da análise das fontes primárias e, majoritariamente, através de uma revisão da historiografia, buscou-se discorrer sobre as ações de urbanização e seus efeitos posteriores às condições de saúde da população, seja ela civil ou militar.

Desde a Grécia Antiga, os problemas de saúde humana já eram relacionados a questões ambientais, como fixa o Tratado de Hipócrates suportado no tripé Ares, Águas e Lugares, ainda que desconhecemos as formas de transmissão das moléstias (CAIRUS, 2005: p.91). Também Howard Peavy *et al.* (1986; p.4) tratando da correlação de saúde e meio ambiente, pontuam: Elementos do ar, da água e do solo podem abrigar agentes biológicos e químicos nocivos que afetam a saúde dos seres humanos. Tratando do conceito de saúde pública, Moacir Scliar (1988; p.87) relata que “com a Revolução Mercantil tem início a Idade Moderna, caracterizada pelo incremento do comércio e pela urbanização. O surgimento das cidades gerou problemas apreciáveis de saúde pública, sobretudo em termos de doenças transmissíveis.”

O assentamento intensivo em áreas insalubres foi motivado por razões de defesa e de custos para fazê-lo em outros sítios. A população da terra e a mobilizada para tocar os interesses militares e comerciais da conquista, além conviver e participar da degradação ambiental urbana, potencializaram os reveses dos seus ocupantes durante a permanência no Brasil dos neerlandeses, principalmente no período de declínio daquela conquista militar.

No século XVI o comércio de produtos do Novo Mundo florescia abastecendo as praças europeias de bens de alto valor, como minérios e outras *commodities*, requeridas para a indústria, a alimentação, a construção e o vestuário da crescente e urbanizada população europeia. O comércio ultramarino era realizado predominantemente pelos ibéricos, nações

---

<sup>2</sup> Abreviada em neerlandês como WIC - *West-Indische Compagnie*.

colonizadoras das Américas, que nos séculos XV e XVI dominavam a navegação de longo curso, auferindo ganhos significativos nas operações comerciais oriundas das suas colônias, dentre elas o Norte do Brasil.

Neste contexto, os neerlandeses, também já haviam participado da exploração e comercialização do açúcar de cana produzido nas Américas quando os Países-Baixos integravam o Império Espanhol da Casa dos Habsburgo, e os portos portugueses eram abertos ao comércio neerlandês (WÄTJEN, 1938: pp. 68-72). Contudo, com a anexação de Portugal pela Coroa Espanhola em 1580, e o início de uma guerra pela independência dos Países-Baixos em 1581, os neerlandeses tiveram suas atividades comerciais atingidas pelo embargo espanhol, passando a rivalizar com o império naval ibérico através da navegação de curso nas rotas que já dominavam, tanto relativas ao comércio com as colônias orientais, como dos produtos advindos das colônias do Novo Mundo.

As condições alcançadas pela capacidade naval dos Países-Baixos no processo de confronto com a União Ibérica e a experiência exitosa de companhias de comércio criadas para explorar comercialmente zonas coloniais no Oriente (a exemplo da Companhia das Índias Orientais)<sup>3</sup>, fizeram com que se planejasse a criação de uma companhia nos mesmos moldes para retomar o comércio antes havido de produtos do Novo Mundo e a quebra do monopólio Espanhol nesta rota, através de ações de corso contra as frotas ligadas à Coroa Ibérica (BOXER, 2004: pp.1-2).

Criada e capitalizada a Companhia das Índias Ocidentais, planos foram elaborados com base nas ideias de Willem Usselinx (BOXER, 2004: pp. 3-9), no sentido de atuar na produção de açúcar e outros produtos em áreas dos territórios Ibéricos na América, com a fundação de colônias agrícolas neerlandesas, cujo sucesso da empresa somente ocorreu após 1630, com a ocupação armada da Vila de Olinda e cercanias, iniciando um período de 24 anos em que a administração daquela área foi feita pela referida companhia.

Ao ocupar mediante uso da força inicialmente a região litorânea de Pernambuco e Itamaracá, capitânicas hereditárias produtoras do açúcar de cana no Norte da então colônia portuguesa sob dominação espanhola, a WIC necessitava definir uma área para instalar seu governo local. O sítio procurado seria tanto para alojar sua área administrativa e mercantil, voltada para a exportação do açúcar, como para sua soldadesca mercenária, que ali estava para garantir a ocupação e sua expansão territorial, fazendo frente às reações esboçadas pelos lusitanos, com apoio dos nobres da terra, de vez que haveria perda de prestígio destes últimos,

---

<sup>3</sup> Abreviada em neerlandês como VOC - *Oost-Indische Compagnie*.

e de receitas para os então colonizadores e suas metrópoles na Europa.

Em que pese a existência de um núcleo já urbanizado dentro de padrões europeus, a ponto de ser Olinda chamada a época por “Lisboa Pequena” pelo reverendo Johan Baers, que integrou a comitiva que realizou a ocupação de Pernambuco em 1630 (MENEZES, 2003: p.44), com cerca de 2.000 habitantes, com suas moradias, prédios públicos e religiosos já implantados, em razão da topografia de relevo movimentado, se constituía em ponto fraco para defesa dos ataques da resistência lusitana, decidindo-se pela transferência de todo o pessoal da WIC para a área do porto, então chamado “*povo*” do Recife, iniciando-se um processo de urbanização forçada, com a alocação de efetivos militares e civis em áreas restritas e de poucas habitações, formada pelo porto e a ilha de Antônio Vaz. Posteriormente, avaliaram os invasores que para promover a fortificação daquela vila de Olinda teriam que ser investidas somas significativas em benfeitorias (muralhas e paliçadas) e com manutenção de tropas, requerendo à administração da Companhia autorização para a sua integral desocupação e demolição (WÄTJEN, 1938: p. 114<sup>4</sup>; MIRANDA, 2014: p. 203).

Os lusitanos haviam preterido para ocupação urbana aquela planície estuarina, principalmente as várzeas resultantes da confluência dos rios Capibaribe e Beberibe e outros braços fluviais de menor importância, tendo-a como área insalubre e de difícil manejo para edificações e obtenção de água potável, que eram condições de ocupação pouco familiares àquele povo. Diversamente do que ocorria com os lusitanos, os neerlandeses, oriundos das República das Províncias Unidas (Países Baixos), cuja topografia e presença de largos corpos d’água em muito se assemelhava às existentes na planície flúvio-marinha do Recife, referida como Baía Entulhada por CASTRO (1948:p.17); era formada por terrenos aluvionares, alagadiços, pauis, camboas, ilhotas e manguezais, tal como a cidade anfíbia de Amsterdã, onde a Companhia era sediada, e seus técnicos já detinham conhecimento para utilização em assentamento urbano<sup>5</sup> e sistemas de defesa (CASTRO, 1948: pp. 24, 36, 42).

Durante o período de consolidação da conquista neerlandesa, que durou até 1635, a população vinculada a WIC foi mantida, por ação das forças de resistência luso-brasileiras, longe dos locais de produção agropecuária. Além de impedidos de terem acesso a produtos para

---

<sup>4</sup> “Como a luta em terra ameaçava degenerar numa interminável guerra de posição e rugia a impossibilidade de sustentar ainda por muito tempo a posse de Olinda, tão ineficientemente fortificada, resolveu Waerdenburch eliminar da posição holandesa o ponto mais fraco, por meio de evacuação dessa praça, e concentrar a totalidade das tropas em Recife, bem como sobre Antonio Vaz. Por fim também o Conselho dos XIX se convencera de que o estabelecimento de fortes naquele terreno ladeiroso custaria sommas fabulosas, e por via de consequencia, acquiescera à evacuação da cidade.”

<sup>5</sup> “Ninguém que, da Holanda vier para aqui querará ir morar em Olinda” e que, ao contrário, no Recife e na ilha de Antônio Vaz é que se encontram “lugares propícios para, com oportunidade, fundar-se uma cidade” (Carta de Adolpho Van Els, Apud MELLO, in. CASTRO, 1948: p.43)

a exportação, tal cerco negava aos ocupantes o acesso aos alimentos da terra, o que acarretaria subnutrição e doenças advindas de tal estado. Este quadro, por motivo ligado à defesa de suas posições, tinha origem na desocupação de Olinda e sua demolição, ainda em 1631, (MELLO, 1979. p.48), seguida da concentração populacional nas áreas do povoado do Recife e Ilha de Antônio Vaz. Embora relativamente seguros, os neerlandeses, sitiados, dependeriam do abastecimento de gêneros por via marítima (MELLO, 1987. p.49), espaço onde ainda detinham supremacia. A partir de 1631, o adensamento populacional nos redutos do Recife e Antônio Vaz tornou-se cada vez mais agudo.

Com a posse do Conde Johan Maurits van Nassau-Siegen como Governador e Comandante Militar em 1637, a conquista experimentou um período de relativa paz, em que pese ter havido a continuidade das ações de expansão territorial da ocupação por parte dos neerlandeses, como foi a nova tentativa de ocupar Salvador, então capital da colônia. Ainda nesse período, a localização da sede administrativa da WIC permanecia indefinida e as áreas então utilizadas no Recife continuavam sobreocupadas (MELLO, 1979: p.51), resultando assim em desconforto para aquela população, como também exposição a maiores riscos sanitários, vez que parte dos problemas de saúde relatados se relacionam a doenças de veiculação hídrica ou por vetores, além da subnutrição.

A resolução de sediar definitivamente a administração da WIC e o principal centro exportador do Brasil holandês no Recife (*povo do Recife*) e Antônio Vaz, resultou de debates e posicionamentos diversos entre os altos administradores da Companhia, e o comissionamento de Maurits van Nassau a frente do governo foi decisiva. Há informações de que o Conde, ao receber suas ordens ainda em Amsterdã, foi instado a conhecer observações anteriores produzidas por Servaes Carpentier, que indicavam como sítio preferencial a Ilha de Itamaracá, na vizinha capitania de mesmo nome, para a implantação da capital administrativa. Para tal posicionamento, o relatório expunha como principais vantagens (MELLO, 1979: p.60):

a) pode ser bem fortificada; b) tem boa água; c) o terreno é produtivo; d) há abundância de madeira para construções e lenha; e) há boas pedras e cal; f) o mar próximo é piscoso e na ilha podem ser criados milhares de animais; g) possui um bom porto com 16 a 17 pés de água [calado] e é seguro e no qual os navios podem ser reparados, limpados e calafetados; h) a ilha está situada a meio caminho das quatro capitanias conquistadas: Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Ainda assim, o Alto Conselho dos Senhores XIX<sup>6</sup> não deliberou sobre a questão de

---

<sup>6</sup> Conselho dos dezenove diretores da WIC, nos Países-Baixos.

forma definitiva, deixando a palavra final para o novo Governador e Conselheiros locais, conforme expresso nas instruções dadas aos administradores comissionados; naquelas normas, observaram que deveria a administração local analisar cuidadosamente as restrições e vantagens relacionadas a Recife/Antônio Vaz e Itamaracá. Todavia, os XIX assim manifestaram na instrução que as “boas condições [da] cidadezinha Schkoppe na ilha de Itamaracá” era “mais conveniente para esse fim do que o Recife, onde, até agora, tem o Conselho e sua sede”<sup>7</sup>, portanto, já indicando a preferência dos senhores diretores.

Também o sítio de Olinda integraria a análise dos Administradores Locais, visto ter havido um movimento para a sua reconstrução por parte da Câmara de Escabinos e moradores, que justificavam a sua indicação com base em questões de salubridade e existência de meios necessários à manutenção da vida urbana na antiga vila, como espaço suficiente, áreas para extração de lenha e captação água de boa qualidade. Os Escabinos classificavam o Recife como lugar “baixo e insalubre, onde nem água nem lenha se obtêm, e que ultimamente está tão construído que não é possível levantar mais casas aí” (MELLO, 1979: pp.61-62).

Em sua decisão de manter a sede da WIC em Recife/Antônio Vaz, o Governador se posicionou equiparando as duas localidades indicadas pelos Senhores XIX, pesando positivamente para a deliberação dele o fato de já estar mais edificada e fortificada, o que resultaria em menores custos para a WIC, como também pela proximidade do polo administrativo com maior número de estabelecimentos rurais produtores de cana de açúcar e industrialização do produto a ser exportado. Nas considerações para suporte à decisão tomada, o Governo local tratando da questão de salubridade, diz que ambas localidades indicadas foram avaliadas como recomendadas para ocupação urbana, contudo, ressalvando que em Recife “não tem moléstias extraordinárias senão quando elas dominam em outras guarnições”<sup>8</sup>; essa assertiva significaria que problemas de saúde pública já eram notados no Recife, o que se depreende das medidas sanitárias já determinadas pela administração da ocupação anteriormente, fato que não atingia ainda o assentamento de Itamaracá.

Descrevendo as razões que levaram o Governador Nassau e seu Conselho pela

---

<sup>7</sup> Instruções para o conde de Nassau e o os altos conselheiros, outorgadas pelo Conselho dos XIX; sem local nem data (mas do 2º semestre de 1636, in BSN); Apud Mello, 1978: p.60.

<sup>8</sup> Gen. Missive ao Conselho dos XIX, datada de Recife, 15 de janeiro de 1638. Itamaracá é lugar salubre, mas o Recife não tem moléstias extraordinárias senão quando elas dominam em outras guarnições. Itamaracá tem boa água, o rio Beberibe não está senão a menos de meia de meia milha do Recife, onde os negros recolhem boa água; Itamaracá é rica em madeiras; estas, também, não estão afastadas do Recife. Se bem que a experiência tenha mostrado mais tarde que muitas das razões favoráveis ao Recife – como acesso à água potável e às matas – não correspondiam a realidade, parece-nos que a permanência da sede do governo no Recife foi mais conveniente do que a sua mudança para a ilha: talvez a dificuldade de acesso a ilha tivesse criado ainda maior distância entre os dois mundos que se sente bem separados no período holandês: o urbano e o rural. (MELLO, 1979:pp.60-61)

manutenção da sede da WIC no Recife/Antônio Vaz em detrimento a Itamaracá, assim escreveu Gaspar Barléu (1974; p.54), com arrimo em informações passadas pelo próprio Nassau em sua obra biográfica dos feitos no seu governo:

Por esta ocasião, era a ilha de Itamaracá grandemente louvada e recomendada na Holanda entre os próceres do império batavo-brasileiro. Já se falava com insistência em transferir para ela a sede do governo. Significaram-lhes, porém, o Conde e seus conselheiros a desvantagem e inutilidade daquela mudança. Tinham perlustrado o lugar e examinado todas as condições da ilha: tudo lhes aparecera despovoado e selvagem, com raros moradores e apenas algumas habitações. Em Recife encontravam-se casas de gêneros, arsenais, armazéns de mercadorias, e tudo isso teria de construir em Itamaracá com grandes gastos. Recife era localidade mais amena, fértil e fortificada, dando fácil acesso aos maiores navios, num porto cômodo e num excelente surgidouro. O rio de Itamaracá só poderia ser navegado por navios menores, sendo estéril e inculto o solo circunjacente, e o porto cheio de bancos e já mal afamado pelo naufrágio de várias naus. Os dois lugares – Itamaracá e Recife – reputavam iguais na salubridade dos ares e em outros benefícios da natureza. Na ilha eram abundantes águas doces, mas também no Recife poderiam ser transportadas do rio Beberibe por negros, com um caminho de meia hora. Além disso, no Recife havia poços, que, em tempos de cerco, forneceria água potável e bem assim existia lenha, ainda que mais cara. Por essas razões, continuaram na sua antiga sede o Governador e os Conselheiros do Brasil.

Portanto, era um relato que contradizia o relatório de Servaes Carpentier, tratando como igualdade de condições de salubridade de ambos os sítios, sem considerar a exiguidade das áreas disponíveis na região estuarina do Capibaribe/Beberibe para acomodar o contingente populacional que seria requerido para exploração das atividades para a qual a WIC foi fundada e a população que para ali afluiria para as atividades produtivas e complementares àquelas da administração da Empresa.

Deixou o administrador de tratar dos custos que resultariam na realização de aterramentos, de mais onerosas fundações dos prédios e logradouros<sup>9</sup>, e obras de drenagem e acessibilidade, e finalmente, de dispor de mananciais de água potável confiáveis, elemento tido como essencial a manutenção da vida e que é referido nos textos de que as fontes identificadas forneciam o líquido em qualidade “mais ou menos boa”<sup>10</sup>, portanto, de duvidosa qualidade.

---

<sup>9</sup> Praças e ruas, que em consequência das más condições do sub-solo haviam em parte abatido, fôram levantadas mais, e calçadas com ladrilho hollandez. (WÄTJEN, 1938:p-389)

<sup>10</sup> “Dentro dos entrincheiramentos de Antônio Vaz foram cavados poços que fornecem água mais ou menos boa.” (Carta de 23 de setembro de 1630, do Conselho Político aos diretores da WIC. in. Mello, 1987: p.50).

### Aspectos da cidade do Recife e Maurícia

A decisão neerlandesa de se manter instalada no Recife, se mostrou acertada no período nassoviano, em que se experimentou uma paz relativa e uma política de convivência com os produtores de açúcar e seus financiadores, que permitiram minimizar os efeitos da sobreocupação daqueles sítios e obtenção de melhores suprimentos básicos à população. Naquele curto período, obras foram planejadas e executadas visando desafogar a pressão por moradias que recaía sobre a área portuária, como também a implantação de prédios públicos e privados e meios de acessibilidade para que a expansão do território insular urbanizado ocorresse.

A ocupação organizada da Ilha de Antônio Vaz também atendia à necessidade de defesa face a ataques da resistência luso-brasileira vindos no sul e oeste, e ampliava a área que se poderia empregar para implantação de pomares que pudessem aumentar a oferta de vegetais frescos para a população urbana de então. O Governador Nassau implementou significativas benfeitorias na Ilha de Antônio Vaz, como também nos Afogados e Boa Vista, mas principalmente na primeira, onde foi implantado um núcleo habitacional protegido por canais, paliçadas e fortificações, a que chamou de *Mauritsstad* (Cidade Maurícia). Aquela área insular, que abrigou consideráveis construções de prédios públicos, comerciais, de cultos religiosos e residenciais, não chegou a ser inteiramente ocupada, visto que, apesar das facilidades havidas com a interligação com o continente por uma ponte ligando o Recife e a Ilha de Antônio Vaz, as obras desta infraestrutura somente foram concluídas em fins do período de consolidação da conquista, e somente foi entregue para uso em 28 de fevereiro de 1644 (MELLO, 1978: p.71).

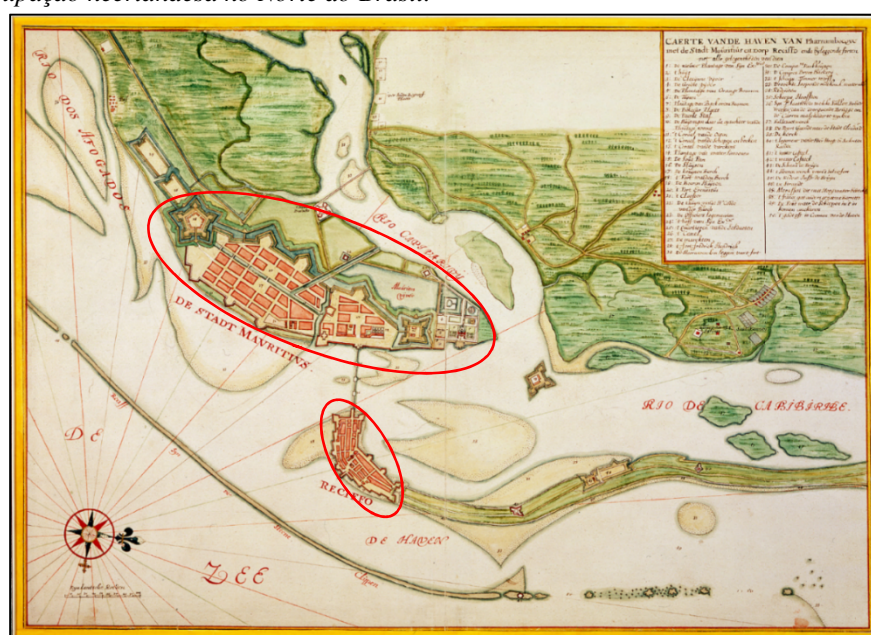
Duas plantas atribuídas ao cartógrafo Cornelis Bastiaensz Golijath, que integrou a comitiva do Governador Johan Maurits van Nassau-Siegen, retratam as áreas urbanizadas no Recife e Antônio Vaz, uma quando da posse daquele novo administrador local da WIC, referida a 1637 (Figura 1), e outra ao final de seu governo, referida a 1644 (Figura 2), que mostram claramente a pressão urbana na ocupação daquelas duas áreas, uma sensivelmente confinada, e outra com maiores espaços disponíveis, que recebeu investimento em obras de urbanização, proteção e drenagem, e que abrigaria a população durante aquele período, constituindo-se os últimos redutos mantidos sob a posse dos batavos na capitania de Pernambuco, quando da capitulação e retirada do invasor em 1654.

Figura 1 - “*INSULA ANTONIJ VAAZIJ*”, de Cornelis Bastiaensz Golijath (atribuição), estampa nº 33 do Livro de Barlaeus (BARLAEUS, 1647). *Mostra o estágio da ocupação quando da posse do Governador João Maurício de Nassau-Siegen em 1637.*



Fonte: Coleção - Imagens Período Colonial – Pernambuco 76 - Recife - ca. 1637 (1647)  
<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-pernabuco/681/>

Figura 2: “*Caerte Van den Haven Van Pharnambocqve*”, 1644. Autoria de Cornelis Bastiaensz Golijath (atribuição). In Atlas Vingboons. *Apresenta o estágio de ocupação do porto do Recife e da Ilha de Antônio Vaz em 1644, precedente ao período de declínio da ocupação neerlandesa no Norte do Brasil.*



Fonte: <http://maturicomunicacao.com/testes/job/brasil-holandese/praca-da-independencia/>.

Sete anos depois, o mesmo cartógrafo apresenta um quadro completamente distinto, com indicação de muitas obras implantadas e a urbanização de uma área cerca de 10 vezes maior que a inicialmente ocupada no Recife (*povo*), o que permite inferir que neste período a população foi substancialmente ampliada, e que áreas antes sujeitas às variações das marés e defluxos dos rios, foram sendo ocupadas pela formação de aterros, e drenadas com auxílio de canais. Observa-se ainda no período, que códigos de postura urbana foram estabelecidos, de forma que se pudesse controlar o nível de salubridade daquela área, que teria que decompor e absorver todo lixo e efluentes gerados nas atividades cotidianas, como também os processos de inumação de corpos humanos, cuja rápida putrefação, decorrente do clima ameno registrado em todas as estações climáticas, se constituía em um problema de saúde pública, como sugerem os excertos abaixo transcritos (MELLO, 1978: pp. 107, 114) de uma das recomendações fixadas naquele código:

Também foram obrigados todos os moradores obrigados a varrer a rua defronte de suas casas e a não despejar as imundícies senão nas praias. E mais: organizou-se um serviço de limpeza pública, autorizando-se o “*commandeur*” no Recife a empregar nesse serviço os presos: o lixo deveria ser lançado no lado oeste do bairro do Recife, fora das paliçadas, com o fim, também, de “aterrar os mangues ali existente e com isto ganhar terreno, podendo mais tarde serem construídas casas aí”. [...] Entretanto, um folheto da época, o *Brasyls Schuyt-Praetjen* (sem lugar de impressão, 1649) diz que os coveiros não abrem túmulos sem pagamento prévio de 60 florins, nas igrejas, e 30 florins nos cemitérios, e quem não tiver dinheiro terá que levar os seus a enterrar na praia, nas proximidades do hospital.

Como se pode ver na Figura 2 acima, a área urbanizada em Antônio Vaz, assim também a ampliação da ocupação urbana do povoado do Recife, aponta que o núcleo insular representava cerca de 7 vezes a área portuária, ao passo que em 1637, essas áreas apresentavam, uma superfície de Antônio Vaz passível de benfeitorias de ocupação (aterros, loteamento, vias e canais) cerca de 13 vezes superior à zona urbana do istmo, o que dá uma ideia do nível de ocupação daquele precário arruamento quando da desocupação de Olinda. Ademais, com a incorporação da Cidade Maurícia no período da consolidação da “conquista” (1637/1644), a urbe apresentou uma densidade populacional significativa de “27 mil pessoas por km<sup>2</sup>”<sup>11</sup> (MIRANDA, 2004: p. 207)

Recife e Antônio Vaz experimentaram um surto urbanístico, que levou aquela primeira

---

<sup>11</sup> Para se ter uma ideia, a densidade populacional na Cidade do Recife, apontado pelo IBGE para 2017, é de 7.480 habitantes/km<sup>2</sup>, portanto 28% daquela registrada no Séc. XVII, quando as técnicas de controle ambiental ainda eram muito primárias. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2017.

antes ocupada basicamente com prédios de serviços portuários (armazéns, alfândega, alojamento de trabalhadores nestas atividades, uma pequena igreja católica e um convento franciscano, etc.), a ter sua população ampliada intensivamente em um curto espaço de tempo. Isso levaria a necessidade de verticalização das edificações para melhor comportar o contingente de civis e militares ligados a WIC que ocupavam aqueles núcleos. Como a área era muito exígua e de características semelhantes àquelas que apresenta Amsterdã, os arruamentos e edificações foram erguidos segundo a prática então predominante naquela cidade dos Países Baixos, normalmente em terrenos estreitos e com aproveitamento de mais de um piso, conforme descreve Zumthor (1989: p.28):

A cidade holandesa conta com poucas casas grandes. Dá-se preferência aos edifícios relativamente pequenos, separados uns dos outros, mesmo em pleno centro urbano: o espaço que os separa por vezes mal ultrapassa alguns centímetros. Em princípio, a casa é destinada a uma só família. O crescimento da população exige a criação de novas habitações: em vez de ampliar as construções existentes, prefere-se estender, por vezes consideravelmente, a superfície da cidade<sup>12</sup>. Dois, ou, mais raramente, três andares acima do térreo constituem a norma.

O padrão adotado para permitir a ocupação com esses novos ocupantes, levou o Recife a condições propícias para propagação de doenças decorrentes do confinamento de pessoas, haja vista o declínio dos padrões mínimos de higiene que resultavam na proliferação de doenças. Eram edificações esbeltas, muito longas em profundidade, coladas lateralmente umas às outras, dotadas de sótãos, o que permite inferir que eram deficientes em ventilação e iluminação, conforme Gonsalves de Mello (1979: pp.75-76) trata referindo-se a obra de Gilberto Freyre:<sup>13</sup>

[...] pela lista dos terrenos e casas vendidos vê-se que, na maioria, os sobrados mediam de frente, 20 pés, que corresponde a 7m42. Muitos, porém, com 16 pés, ou 5m93. Os menores, com 13 pés (4m82). Como na Holanda, esses sobrados eram também alongados no sentido frente-fundo. “Se alguém tivesse podido sobrevoar alguma típica cidade holandesa há 300 anos atrás, casas dariam impressão de pequenas arcas de Noé ligadas umas às outras, lado a lado, com as proas para as ruas”.

O quadro “O mercador de escravos na rua dos judeus” (Figura 3), juntamente com os inventários dos imóveis resultantes do parcelamento da área do Recife, confirmam as informações de que aquela área foi objeto de um acelerado processo de ocupação urbana. E isso

---

<sup>12</sup> Nota: O que se apresentava inviável na conquista face ao exíguo território ocupado pelo porto do Recife.

<sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife. Recife, 1934.

teve consequências para a salubridade da área no que diz respeito a maior possibilidade de disseminação de doenças endêmicas, dada a aglomeração de pessoas de diversas origens e a degradação ambiental, que potencializava a ocorrência de transmissores de microrganismos patogênicos de toda espécie existentes em qualquer ambiente de higiene deficiente, próximos a corpos d'água estagnadas (camboas, drenagem deficiente) e de alta concentração populacional. É importante salientar, todavia, que nessa época ainda não eram estudadas e conhecidas formas de controle para tais problemas, como os agentes causadores e formas de transmissão, que hoje encontram explicações na microbiologia.

Figura 3 - O mercador de escravos na rua dos judeus. Aquarela de Zacharias Wagener (1614-1668). Acervo do Kupferstich-Kabinet de Dresden Publicado no “Livro dos Animais” de Zacharias Wagener. – *Mostra a área urbana verticalizada, com edificações coladas uma as outras, com 2 ou 3 pavimentos.*



Fonte: Guia do Brasil Holandês. <http://maturicomunicacao.com/testes/job/brasil-holandes/rua-dos-judeus-rua-do-bom-jesus/>.

Ainda sobre essa tendência a verticalização, o urbanista Ron van Oers (2000: pp. 142-143), quando, ao retratar os dotes urbanísticos do Conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, discorre tanto sobre a necessidade de abertura do novo espaço criando a Cidade Maurícia, como também sobre a forma como se deu o adensamento urbano no *povo* do Recife:

Já em 1637 surgiu uma mão-de-obra que levou Johan Maurits a promover o que se tornaria sua obra-prima urbana: a construção de uma nova cidade na Ilha de Antônio Vaz. Não foi apenas a superlotação do Recife que levou a essa decisão: as casas existentes construídas na época dos holandeses eram muito caras, seu custo era muito alto para o servidor médio da WIC, cujos salários não eram superiores a seis florins por mês, enquanto lotes na Ilha de Antônio Vaz eram relativamente mais baratos. [...] O próprio Recife cresceu

consideravelmente após as evacuações de Olinda, e, com a promessa de tempos prósperos pela frente, em 1639, o número de casas subiu para duas mil [eram cerca de 70 a 200]. A escassez de espaço no istmo foi compensada a partir de casas com fachadas altas e contíguas, semelhantes às da Holanda, derivadas de condições semelhantes e adaptadas às necessidades locais. Em Antônio Vaz, no entanto, havia muito espaço disponível e um arranjo urbano diferente. (tradução nossa)

## **Urbes e doenças**

Durante todo o período da ocupação, em razão da deliberação inicial da WIC de deixar o processo de exploração da cana e a produção do açúcar (principal mercadoria que integrava a pauta de comércio cuja prática havia sido proibida pela União Ibérica) nas mãos dos produtores já estabelecidos na região, o suprimento de alimentos básicos para a população transplantada e nativa ocorreu de forma deficiente, em maior ou menor grau ao longo do período, e eram predominantemente providos da mãe-pátria, fazendo com que aquela população apresentasse quadros de deficiência alimentar e, conseqüentemente, ficasse mais suscetível de contrair enfermidades ou de ter dificuldade para alcançar a cura, quando do tratamento (MIRANDA, 2017: p. 393).

É sabido que a concentração de população em áreas urbanas resulta em degradação ambiental e na necessidade de controle dos efluentes gerados pela atividade humana cotidiana<sup>14</sup> (SCLIAR, 1988; p.87; FINKLER, 2012; p.170); requer ainda o controle de vetores de doenças endêmicas, já que normalmente os insetos hematófagos têm raio de circulação pequenos e é necessário que existam indivíduos infectados para que haja a difusão das moléstias com esta veiculação.

Ao tratar das doenças mais recorrentes na Nova Holanda, o médico Guilherme Piso, que chegou no Brasil no tempo de Nassau, enumerou algumas tipicamente decorrentes de transmissão por consumo de água contaminada, como disenterias, as de contato com solos e águas contaminados, como as verminoses e o cólera, e por vetores, como o paludismo (malária) e outras enfermidades comuns nos trópicos e que resultavam em febres graves, por vezes fatal em função do estado de saúde e de subnutrição do infectado (PISO, 1957: p. 74). Bruno Miranda (2014: p. 395) pontua ainda, com relação especificamente aos militares da WIC mobilizados no período, que apesar de não existirem inventários que reportassem de forma precisa e

---

<sup>14</sup> Dentre as principais atividades do homem que favoreceram o aumento populacional de alguns insetos, destacam-se o desmatamento, monoculturas, criação intensiva de animais, superpopulação humana, condições inadequadas de escoamento de águas e de remoção de dejetos e lixos, precárias condições de moradia, alimentação, vestuário e higiene (FINKLER, 2012; p.170).

continua as causas das baixas na tropa, o que permitiria uma apuração da taxa de mortalidade ao longo do período, foram obtidas de outras fontes elementos que permitiram estimar que a taxa de mortalidade entre aqueles, decorrente de enfermidades variou de 10 a 33% a.a. no período de 1630 a 1651, sem perfeita definição das patogenias havidas, frisando que

boa parte dessas moléstias foi decorrente das precárias condições de higiene – agravadas pelas péssimas condições de alojamento em quartéis, embarcações e acampamentos –, falta de água potável e quantidade e qualidade insatisfatórias dos víveres distribuídos. As doenças tropicais certamente deram sua parcela de contribuição às baixas, mas, doenças também comuns na Europa como avitaminoses e epidemias de exército – a exemplo do fluxo sanguíneo (disenteria bacilar) – ceifaram muitos homens (p. 395).

Se a população militar – que teria seu provisionamento em princípio garantido pelo arraçoamento previsto contratualmente para a manutenção das tropas – experimentou problemas de saúde decorrentes da subalimentação e da permanência por longos períodos em lugares confinados, o mesmo se pode dizer da população livre, de comerciantes, de empregados civis da WIC e produtores de açúcar e seus agregados, que conviveram com os mesmos fatores patogênicos e as mesmas dificuldades de se alimentarem adequadamente naquele período.

Mesmo quando da consolidação da ocupação de 1637 a 1644, tempo de relativa paz e de possibilidade de acesso a alimentos de melhor qualidade e diversidade produzidos na terra, são vistos relatos de pessoas com nível de nutrição e condições de moradia consideradas boas para época sendo acometidas por moléstias incapacitantes. Exemplo célebre é o de Nassau, narrado por Boxer: “em fins de 1637, João Maurício adoeceu gravemente [...]; é provável que de paludismo<sup>15</sup>”; e que graças à sua “forte constituição sarou depressa, e após uma viagem de inspeção que fez a cavalo à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, já em abril de 1638, estava pronto para novos cometimentos” (BOXER, 2004: p.120-121).

Ao aportar no Norte do Brasil, o conquistador batavo já se deparou com uma série de enfermidades recorrentes desde o século XVI, inclusive pela presença de insetos vetores locais e os já trazidos da África nos navios negreiros, como é tratado por Christian Santos e Wellington Silva Filho (SANTOS; SILVA FILHO, 2011: pp.10-11) quando pontuam:

Se a peçonha dos animais e insetos terrestres representavam aos europeus perigo, seja por levarem à morte ou infringirem grande dor, dos céus um enxame de vespas e mosquitos contribuía para tornar o ofício da colonização ainda mais árduo e penoso. O mosquito conhecido como *mariguí* é relatado como tão pequeno “que mal os podes perceber com a vista” e o ardor de sua

---

<sup>15</sup> Nota: Um dos nomes referidos à malária, cujos sintomas já eram conhecidos à época na medicina europeia.

picada se assemelha ao do fogo e “(...) se te coças com as unhas, maior dôr sentes; renova-se e aumenta por dois ou três dias o ardor que deixaram no corpo”.[...] O mesmo pode-se dizer do bicho-de-pé, conhecido por eles como *tunga*, que requer grande cuidado e atenção aos pés, pois em razão de se fazer entrar de maneira quase imperceptível entre as unhas, faz grande mal após se instalar, sendo que (...) no princípio da povoação do Brasil vieram alguns homens a perder os pés, e outros a encherem-se de boubas.

Para que este tipo de propagação indireta de organismos patogênicos ocorra, é necessária a existência do agente etiológico em pessoas contaminadas, de forma que os agentes propagadores, os artrópodes, “ao se alimentarem com o sangue de um doente” (MIRANDA, 2017; pp. 268, 317, 405-406), como vetores, passam estes patógenos de um hospedeiro a outro, instalando as doenças<sup>16</sup> (MOPECE, 2010; p.19).

Das dezenove patologias arroladas sumariamente pelo médico Guilherme Piso, no segundo livro de seu compêndio – Da Natureza e Cura das Doenças da Índia Ocidental, Sobretudo das Familiares ao Brasil –, destacam-se daquelas a que se atribuiu às brisas, exposição a friagens ou intemperismos, e as de contaminação venérea ou genética, daquelas cujos fatores são diretamente associados as questões ambientais relacionadas a higiene e a presença de vetores, como são os caso do cólera, das febres agudas (amarela, paludismo, etc.), das disenterias e verminoses (PISO, 1954: pp .74, 125). Na obra não é tratada a possibilidade de mosquitos vetores, protozoários, ovos e larvas de insetos contidos no solo ou na água, ou por eles depositados, serem capazes de impingir graves enfermidades, de difícil e prologado tratamento, e cujo desfecho em indivíduos que já apresentem quadros de subnutrição, normalmente era a morte. Assim pontua a Doutor Piso no Capítulo XV – Das Lobrigas:

Explicou-me um anatomista que os vermes são comuns ao ânus e aos intestinos, mas muitíssimas vezes também ao estômago, à vesícula biliar, ao útero e até nascem no próprio coração. Estes causam cardialgias, delíquios<sup>17</sup> do espírito, palpitações do coração, ranger de dentes e tremores noturnos. Donde sucede que os caquéticos<sup>18</sup> dificilmente escapam à morte, com hálito fétido como cadáveres vivos, a não ser que logo de início se lhes deem remédios.

Guilherme Piso também elaborou uma análise acerca dos tratamentos empregados para as moléstias mais comuns, com base no emprego de plantas e ervas já de uso pelos nativos e pela população luso-brasileira então assentada. Tais tratamentos passaram a ser ministrados

---

<sup>16</sup> A Tríade Epidemiológica é o modelo tradicional de causalidade das doenças transmissíveis; nesse, a doença é o resultado da interação entre o agente, o hospedeiro suscetível e o ambiente.

<sup>17</sup> Nota: Desfalecimento; perda da consciência, dos sentidos, da força física, um estado de fraqueza ou prostração.

<sup>18</sup> Nota: Magros, esqueléticos, debilitados.

juntamente com aqueles utilizados na Europa, elaborados com base nas teorias de equilíbrio dos humores e ação de miasmas ambientais, com forte influência religiosa, e que eram centrados em procedimentos de purgações, sangrias e rezas, de forma a trazer o reequilíbrio às forças vitais dos enfermos (PISO, 1954: pp.74, 125; MIRANDA, 2017: pp. 29, 173).

Na mesma obra, ao descrever os insetos identificados na região, Guilherme Piso indicou uma série de patogenias decorrentes da picada ou intromissão dos minúsculos (*animáculo vivo*), como causadores de desconfortos e infecções cutâneas, que careciam de tratamentos ou de emprego de unguentos preventivos, sem contudo relacioná-las as febres importantes, que levavam normalmente a incapacidade ou morte do enfermo, que poderiam ser transmitidas por vetores como ficou identificada com o surgimento da microbiologia – a partir do desenvolvimento de um instrumento por um seu conterrâneo Antony Van Leeuwenhoek, conhecido como o primeiro microscópio. Para identificar alguns insetos minúsculos, Piso fez uso de um instrumento ótico denominado “megascópio”, de forma a permitir que aquelas pequenas criaturas pudessem ser distinguidas, desenhadas e classificadas, conforme se colhe em seu compêndio (PISO, 1957: pp. 599-601):

Entre os mosquitos nocivos muito familiares e temidos por todos íncolas, por causa da mordedura, estão o *Mariguí*, *Nhatiu* e *Mberobi*. Dentre todos estes, os *Mariguí* incomodam crudelíssimamente e são tão pequenos que se percebem antes pelo tato do que pela vista. Como os outros mosquitos, voam em bandos e mais raramente aparecem, a não ser nas grandes calmarias, sobretudo no tempo vespertino, quando povoam as margens dos rios, no meio daqueles matos paludosos chamados *mangues*.[...] Vem agora o segundo gênero de mosquitos, o *Nhatui*, o mais modesto de todos, chamado de mosquito pernilongo pelos lusitanos, pelos compatriotas *Lang-beem*, porque no comprimento dos pés excede os precedentes mosquitos. [...] Chupa o sangue por meio de uma tromba delgada posta na extremidade, e pica acérrimamente, através mesmo de vestes de linho, provocando prurido doloroso. De noite, principalmente nas regiões paludosas e marítimas, vaga em bandos como o precedente *Mariguí*; distingue-se dele porque causa também grande incômodo com seu zumbido estridente aos que desejam dormir.[...] Um outro gênero admirável de vermículo nasce do sedimento da água pluvial, o qual de súbito, deixando os invólucros, sai alado, com longos pés e, como os mosquitos precedentes, ataca os homens e os animais. O mesmo fazem os mosquitos *Çaúa*, *Taturána*, *Ietinga*, *Pinu*, *Niguas* e outros, que seria tedioso descrever. Os que peregrinam de noite, quer pelos lugares litorâneos, quer pelas matas onde a aura marinha mal atinge, branda, não se valem de outra cautela que o próprio fogo e fogueiras inteiras, e do bálsamo de *Copaíba* e *Cabureíba*, com os quais untam os membros nus.

As descrições permitem inferir tratarem dos pernilongos das espécies *Culex*, *Anopheles* e *Aedes aegypti*, hoje conhecidos como os maiores disseminadores de doenças que atingem as sociedades urbanas, como a malária (*paludismo*), febre amarela, *Zika*, *Chikungunya*, *filariose*

*linfática*, dentre outras.

Retrata ainda aquele cientista, enfermidades provocadas pelo bicho-de-pé (*Tunga penetrans*) reportando apenas as questões aparentes do processo infeccioso, mas que a partir das novas teorias médicas, verificou-se que aqueles insetos pulgentos também difundiam o tétano entre os infectados. Assim descreveu Piso (1957: pp.601-602):

A maiorias das regiões da América estão expostas a uns pequenínissimos insetos que os lusitanos denominam *Bicho* e os brasileiros *Tunga*. Nascem nas extremidades dos dedos dos pés, muitas vêzes com prurido, raramente com dor. Infestam muito, principalmente, os que andam descalços nos lugares arenosos, nos quais, por muito quentes, gostam de viver ocultos, evitando os pavimentos de pedra. A princípio se alojam por algum tempo na pele exterior. Depois, com grande prurido, principalmente na região das plantas dos pés, e até das mãos, penetram na pele, sem dano, e nela se escondem. Nada tem de comum com os vermículos da Guiné, que, longos, largos e esbranquiçados, lembram cordas. [...] Logo que se verifica terem crescido até o tamanho adequado, o que se dá em três ou quatro dias, então é que se deve tratar da excisão, que, com auxílio de um alfinete ou ponta de prata, costuma executar mui facilmente um brasileiro ou um etíope. Deve-se ter o cuidado de que o verme seja extraído inteiro, dentro de seu folículo branco e redondo, antes de gerar sua prole inúmera que, esmagada pelas unhas, estala como lêndreas. Rompendo-se o folículo, surgem novos sintomas na parte atacada, e até infeccionam as partes vizinhas ilesas. [...] Aconteceu-me ver, no nosocômio, extirpar radicalmente uma pele calosa dos calcanhares dos pés dos soldados com que, por precaução, os lusitanos e brasileiros untam as plantas e os dedos dos pés com o mordacíssimo óleo das glândes que nascem nos pomos *Acaiu*.

Já no início do período do declínio, a partir de 1645, foi registrado um período de severas restrições a movimentação das tropas e população civil, resultando no agravamento da subnutrição e na morte de contingente significativo, independentemente da condição social e alimentar dos mesmos. Sitiados e já predispostos pelo estado de subnutrição, muitos foram acometidos por moléstias infecciosas. A degradação ambiental das cercanias catalisava a criação de insetos vetores de doenças. Além disso, a precária destinação dos cadáveres e outras matérias orgânicas agravavam ainda mais a situação da cidade, como relata Wätjen (1938: p. 393):

Cartas dos annos de quarenta nos informam que o grande número de doenças, entre as quaes a dysenteria desempenhou o papel principal, produzidos pelo clima, agua de má qualidade, resfriamento e extravagancias de modo de vida, fez necessaria a fundação de um segundo hospital. [...]. Muito penoso deve ter sido o serviço nos lazaretos durante a terrível calamidade que assolou o Recife na primavera de 1646. Grassavam epidemias na cidade, de modo desesperador. A foice da morte ceifava implacavelmente, e aos montes, burgueses e soldados eram internados nos hospitaes. Os medicos já não sabiam como e onde haviam de recolher os infelizes.

## Medidas mitigadoras da insalubridade

Por este tempo, cidades europeias já conheciam a necessidade de prover pavimentação das vias e canalizar as águas, pluviais ou servidas. Não era diferente nas cidades da Províncias Unidas, como Amsterdã (ZUMTHOR, 1989: p.27), cuja topografia e características estuarinas de sua localização, assemelhava àquela existente na planície do Recife. O que havia eram sistemas de saneamento precários, como fornecimento de água em cisternas ou chafarizes, e a coleta de águas servidas juntamente com as redes pluviais<sup>19</sup> que eram lançadas *in natura* nos canais, rios ou corpos d'água.

Melo (1953, p.286) também enaltece em seu artigo para a Revista de História, publicado pela USP, o caráter urbanizatório do povo neerlandês, o que levou àquela Companhia a efetuar pesados investimentos em desenvolvimento urbano e de defesa necessários a ocupação por parte da administração da WIC e particulares (comerciantes, produtores de açúcar, etc.). Tudo foi feito em detrimento à ocupação e exploração das áreas agricultáveis, quer de produtos básicos para atender a população, quer culturas para a agroindústria de exportação, resultando em uma sobreocupação daqueles espaços urbanos, sem que medidas mitigadoras da degradação ambiental, tal como já se fazia ainda que precariamente na Europa, fossem tomadas; pontua Mário Lacerda de Melo:

Há um fato que indica ser a falta de plasticidade revelada pelos batavos em Pernambuco muito ligada ao contraste entre o nosso meio físico e o dos Países-Baixos. O de que, em um ponto eles foram magistrais: o da forma de aproveitamento das condições topográficas da planície do Recife para a construção da cidade.

Essa planície, com os seus alagados, coberta em grande parte pelas águas, ora do mar, ora dos rios, com suas ilhas, com seus braços de rios, suas camboas<sup>20</sup>, era o único traço comum entre os dois meios geográficos: o pernambucano e o holandês. Era natural que, nesse particular, a transplantação dos métodos holandeses correspondesse às condições mesológicas locais. E começa pela localização da cidade. A localização de Mauritzstadt no Recife, escreve Joaquim Ribeiro, obedeceu a essa adaptação, a essa tendência, a esse verdadeiro tropismo, que o neerlandês sempre teve pela vida aquática, seja fluvial ou marítima.

Em recente trabalho, Leonardo Dantas Silva (2012: p.134) tratando de Johan Maurits

---

<sup>19</sup> “A iniciativa de pavimentação das ruas nas cidades europeias, com a finalidade de mantê-las limpas e alinhadas, a partir do final do século XII, [...], tornou-se o marco inicial da retomada da construção de sistemas de drenagem pública das águas de escoamento superficial e o encanamento subterrâneo de águas servidas, estas inicialmente para fossas domésticas e, posteriormente, para os canais pluviais. As primeiras leis públicas notáveis de instalação, controle e uso destes serviços têm origem a partir do século XIV.” (FERNANDES, 1997).

<sup>20</sup> Nota: Lagos artificiais a beira mar, com influência das marés.

van de Nassau-Siegen como um príncipe renascentista no Novo Mundo, tece o comentário abaixo referente aos problemas decorrentes da excessiva urbanização no Porto do Recife:

Com a sua população concentrada nos centros urbanos, foram surgindo problemas insanáveis, mais particularmente na área da habitação e da saúde pública. No Recife, os alugueis eram seis vezes mais caros que em Amsterdã. Em 1641, os almirantes Jol e Lichthardt, não encontrando onde morar, “tiveram que se alojar de qualquer jeito”. Outro documento relata ser “as casas da Companhia verdadeiras pocilgas [...]; em um só quarto, ou melhor na dita pocilga, caixeiros, assistentes e escriturários são alojados, em número de três, cinco, sete e oito como se fosse numa enfermaria”.

No núcleo implantado no istmo do Recife e ilha de Antônio Vaz, instalações para o suprimento de água de boa qualidade e a construção de canais coletores de águas servidas e pavimentação das vias não chegaram a existir, conforme se depreende de algumas determinações emanadas da administração local, quando trata das orientações de como proceder para obtenção de água potável em fontes distantes daquele logradouro, assim como formas de destinar as águas servidas e preservar a higiene das vias de acesso; naquele período, as fontes de água de boa qualidade eram provenientes de Olinda (Varadouro) ou do rio Beberibe, distantes 4 a 6 quilômetros daquela área urbanizada e habitada (MELLO, 1957: p. 50; MIRANDA, 2107: p. 480), além de cacimbas, cuja qualidade da água era definida, como já antes dito, como “mais ou menos boa”.

Dentre as medidas tomadas para o controle ambiental primário estavam a proibição de descarte de efluentes domésticos nas vias públicas, a proibição de manter animais soltos nos logradouros, e a regularização do revestimento das vias, com vistas a evitar empoçamentos nos períodos invernosos, conforme reporta MELLO (1978: p. 107): “proibições de deixar animais soltos<sup>21</sup> no perímetro de Maurícia; de lançar sujeiras nas ruas e à obrigação de serem estas aterradas no caso que a chuva alagasse”<sup>22</sup>. O Governador Nassau reforçou as medidas para

---

<sup>21</sup> Na Ata do Conselho Político de 16 de agosto de 1636 se disse: “Ficou resolvido que será proibido que alguém, na ilha de Antonio Vaz, coloque seus cavalos nos armazéns da Companhia ou que obstrua sua passagem de outra forma, correndo o risco de ter seus cavalos ou bens confiscados que no local sejam encontrados. Também ficará proibido que alguém deixe seus animais ou porcos, correndo o risco de sofrer a mesma punição”. Ata Diária do Governo do Brasil de 16 de agosto de 1636. Fundo José Hygino, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

<sup>22</sup> Na Ata do Conselho Político de 14 de agosto de 1636: “Foi resolvido que o nível das ruas será elevado para que possam ser utilizadas vendo que por causa das chuvas ficaram inundadas, isto deverá ser realizado dentro de 48 horas, correndo o risco de ter que pagar uma multa de 6 florins aquele que não o fizer e em seguida que cada deverá manter a limpeza de sua rua e a partir de agora está proibido de se jogar sujeira na rua, mas este deverá ser jogado fora do Recife correndo o risco de ser punido aquele que não cumprir as ordens, como está supracitado, e a multa será determinada de acordo com o tamanho da infração.” Ata Diária do Governo do Brasil de 14 de agosto de 1636. Fundo José Hygino, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

organização dos espaços urbanizados onde optou para sediar a WIC, fixando que

todas as ruas devem ser cobertas com areia, para torná-las viáveis – as quais, em consequência das chuvas, ficam encharcadas – duas vezes em cada 24 horas, sob pena de serem multados em 6 florins os que deixarem de fazê-lo em frente aos seus terrenos”. E mais: “D’agora em diante não se lance mais lixo às ruas, mas deve ser levado para fora do Recife, sob a mesma pena. (MELLO, 1978: p.56)

### **Condições de Vida no Período do Declínio**

Com a celebração de acordos que puseram fim à beligerância entre os Países-Baixos e Portugal (trégua celebrada em 1642) e o fim do governo de Johan Maurits van Nassau-Siegen, que retornou aos para os Países Baixos em 1644, o relacionamento entre os ocupantes neerlandeses e a populações brasileira tornou-se mais difícil, em razão da insatisfação com medidas tomadas pela nova administração. Naquele período, com a WIC em estado falimentar, impossibilitada de prover os reforços como solicitados, permitiu o enfraquecimento das forças de defesa da ocupação, aliado ao comportamento da Coroa Portuguesa, que, também impossibilitada mediante acordo, de promover ações bélicas com os ocupantes batavos (abrindo uma frente que a prejudicaria com relação a vizinha Espanha), opta por fazer vista grossa para os atos da administração em Salvador, no sentido apoiar discretamente as ações insurrecionais, que começaram a ganhar corpo após 1645 (BOXER, 2004: pp. 225-234; MELLO, 2010: pp. 399-402).

A partir de então, com a derrota de tropas neerlandesas no morro das Tabocas, passaram os ocupantes batavos à condição francamente defensiva, procurando concentrar seus efetivos nas áreas de maior importância, principalmente na sede administrativa da Nova Holanda. O processo insurrecional durou ainda 8 anos, com os efetivos civil e militar sitiados em localidades das quais já não se afastavam significativamente por terra, mesmo durante o período de consolidação da conquista, mas que agora, se viam forçados a um confinamento maior, com menores condições de abastecimento de víveres frescos e sob permanente risco caso optassem em empreender ações fora daquelas cidadelas. Neste período, o território ainda sob controle da WIC foi sendo reduzido às vilas e fortificações costeiras do Recife, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e a Ilha de Fernando de Noronha (MIRANDA, 2014, p. 28).

Tal situação leva a repercussões negativas na saúde física e mental dos militares e civis, pelo estresse, pela desnutrição, pela constante ameaça de entrar em embates com tropas luso-

brasileiras, e também por estarem mais expostos a contrair moléstias que se disseminam em situações de desequilíbrios no meio ambiente decorrente de concentração populacional. Aquela população, transplantada, assim, estava exposta tanto às doenças que já circulavam nos seus países de origem, quanto aquelas que já circulavam no Norte do Brasil antes da sua chegada, como as doenças infecciosas transmitidas pelas diversas famílias de mosquitos oriundos da África que aqui chegaram dentro de navios negreiros (MIRANDA, 2017: p. 323).

Se a situação antes da saída de Nassau já era crítica em termos de capacidade de alojar em satisfatórias condições de salubridade aquelas pessoas, as condições naturalmente se agravaram com a demolição de parte das moradias na Cidade Maurícia, reduzindo a oferta de edificações para abrigar as pessoas, em que pese a propaganda da WIC em seus chamados de alistamentos para tropas de reforço ter omitido tais fatos. Neste período, se pode inferir que ocorreu um retorno às dificuldades de suprimento de itens básicos experimentadas durante o período inicial da ocupação. Bruno Miranda, tratando das hipóteses potencializadoras das baixas que haviam na soldadesca (o que certamente atingia também a população não militar), aponta como principal causa das enfermidades a precária situação alimentar da população, mas pontuando também o fator higiene, as árduas condições de trabalho a ela imposta e a ineficiência dos tratamentos de algumas patologias (2004: pp. 227-237).

No tocante a obtenção de gêneros básicos localmente, Mário Melo (1953: p. 286), enfatiza a questão da não adaptação do povo neerlandês ao novo habitat, que classificou como “o não enraizamento ecológico” para buscar na nova terra aquilo que necessitariam para manutenção cotidiana da vida, principalmente no tocante a gêneros de subsistência e medicamentos, resultou no agravamento das condições de vida urbana, tornando-se em um fator agravante do estado de saúde dos batavos. Assim reporta o Autor:

Não será muito arriscado supor, nessa ordem de ideias, que as precárias condições de saúde do povo, no período flamengo, com várias moléstias dizimando a tropa e a população civil, relacionam-se com a falta de capacidade de adaptação dos holandeses. A subalimentação que não pode deixar de ter influído em tais condições de saúde, decorria, em grande parte, de não terem os holandeses conseguido, pelo uso da terra, uma produção de subsistência em proporção com o aumento da população urbana, por eles estimulado. Foi assunto das reclamações de Nassau a falta de víveres e de remédios.

Tratando da forma de vida na ocupação neerlandesa, BOOGART (2005: pp. 27-28), em seu artigo “*Morrer e Viver em Fernando de Noronha*”, pontua:

[...] A situação dos neerlandeses e seus partidários, entre junho de 1645 e abril de 1648, foi quase idêntica à dos anos 1630-1634. Os holandeses viveram sitiados no Recife e na ilha de Itamaracá. [...] Ao fim de 1645, a população dos territórios ainda sob comando da Companhia das Índias Ocidentais se compunha de mais de 12.000 homens: 3.500 funcionários de Companhia, mulheres e crianças excluídas; 2.900 particulares; 3.500 Índios, e 2.600 negros. Destes, perto de 10.000 pessoas estavam localizadas no Recife e arredores imediatos.

Assim, uma população significativa de europeus transplantados para no Brasil para suporte aos interesses batavos conduzidos pela WIC, teve que conviver, nos seus últimos oito anos de posse deste território colonial, condições adversas das mais diversas, enquanto a alta administração e os fatores políticos da mão-pátria retardavam a decisão de retirada, mesmo não mais obtendo retorno econômico daquele empreendimento. E dentre eles, conforme enfocado neste trabalho, estava a degradação ambiental provocada pela ocupação urbana em áreas restritas e de características naturais que dificultavam o controle dos fatores de insalubridade naquele período do século XVII. A rendição e evacuação da população neerlandesa se deu a partir de 26 de janeiro de 1654, mediante termos da capitulação celebrada na Campina da Taborda pelos mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Menezes e o tenente-general Sigismund von Schoppe Von Schoope, encerrando o período de ocupação batava no Norte do Brasil (Boxer, 2004: pp. 339-400).

### **Considerações finais**

O insucesso dos objetivos da Companhia das Índias Ocidentais na condução do processo de ocupação, domínio e exploração agroindustrial e comercial das capitanias do Norte do Brasil colonial vem sendo analisado sob os mais diversos ângulos. Credita-se a questões políticas, socioeconômicas, de gestão das forças de ocupação e da resistência da população luso-brasileira já estabelecida naquela região. Trata-se também da falta de ações de enraizamento do novo ocupante, com políticas de colonização; da deficiente logística para o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, e muitas outras, as quais, este trabalho objetivou incluir mais uma, relativa a qualidade da decisão tomada de manter o grosso da administração neerlandesa em uma área de difícil manejo para o estado da arte em urbanismo e saneamento existentes à época. Em que pese as semelhanças com áreas urbanas dos Países Baixos, de onde provinha a população transposta para operacionalizar os objetivos da WIC no Brasil, o fato da área estuarina do Recife estar situada nos trópicos, muito próximo da linha do Equador, confere dissemelhanças no tocante ao equilíbrio ambiental, o que resulta em riscos potências de

disseminação de moléstias que encontram neste clima quente, úmido e chuvoso<sup>23</sup>. Recife tinha o ambiente ideal para sua disseminação através de veiculação hídrica e por insetos vetores que já se encontravam aclimatados nesta região desde o século XVI, quando da chegada dos lusitanos e a mão-de-obra escrava de origem africana que trouxeram para seus empreendimentos colonialistas.

A análise se assentou mais nos aspectos qualitativos das informações constantes das fontes e bibliografia consultadas. Pretende ser um texto introdutório para análises posteriores, com emprego de fontes primárias por ventura identificadas do período e novas bibliografias que permitam modelar aquele ambiente setecentista da região ocupada, e assim poder melhor avaliar os efeitos da ocupação no desequilíbrio do meio físico estuarino onde aquela população viveu em regime próximo ao confinamento. Para a completude dessa análise, seriam ainda necessárias informações no campo da saúde e mortalidade nas primeiras décadas após a saída dos neerlandeses, de forma a permitir a comparação dos dados relativos ao estado de saúde e morbidade da população após a descompressão havida com a saída dos neerlandeses, como forma de confirmar ou não a hipótese abordada neste trabalho.

É necessário, ainda, aprofundar essa avaliação no campo da saúde pública, a partir das definições detalhadas dos sintomas e características dos animais vetores de disseminação de moléstias feitas à época, de forma a identificar com maior precisão as enfermidades definidas de formas simplórias nos relatórios dos administradores locais, conforme exposto em obras que deram suporte a este artigo. É sabido que a cidade do Recife, implantada em um terreno estuarino tomado aos manguezais e alagadiços naquele período de colonização, é, ainda hoje, a área de maior incidência de filariose dentre as cidades brasileiras<sup>24</sup>, cujo principal inseto transmissor possivelmente se encontra dentre os muitos descritos pelo naturalista e médico Guilherme Piso (1957: pp. 599-600).

## Referências bibliográficas

BARLÉU, Gaspar, 1584-1648. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Traduzido e anotado por Cláudio Brandão. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

---

<sup>23</sup> Nota: Diferenciação climática de Recife e Amsterdã, segundo classificação Köppen-Geiger. Recife: **Tropical-As'** – Chuva de Inverno-Outono; Amsterdã: **Temperado Cfa**- Úmido/Verão quente. (destacou-se)

<sup>24</sup> “Em Recife, cidade com o maior número de casos do país, o Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, unidade da Fiocruz é referência nacional para o controle da filariose, vem desenvolvendo um mapeamento das áreas de risco para a doença.” - <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=106&sid=8>.

BOOGAART, Ernest et all. **Viver e Morrer o Brasil holandês**. BOOGAART, Ernest Van Den; TEESMA, Benjamin Nicolas; SCHALKWIJK, Frans Leonard. Org. Marcos Galindo. Recife: Editora Massangana, 2005.

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624-1654**. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Recife: CEPE, 2004.

CAIRUS, Henrique Fortuna. **Ares, águas e lugares**. In: CAIRUS, HF., and RIBEIRO JR., WA. Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Obtido na Internet: <http://books.scielo.org/id/9n2wg/pdf/cairus-9788575413753.pdf>.

CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

FERNANDES, Carlos. Esgotos Sanitários, Ed. Univ./UFPB, João Pessoa, 1997. In: **CAPÍTULO I - SISTEMAS DE ESGOTOS**. Disponível em: [http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/ES01\\_12.html](http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/ES01_12.html)>. Acesso em: 03 fev 2018.

FINKLER, Christine Lamenha Luna. **Controle de insetos: uma breve revisão**. Recife: Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, vols. 8 e 9, 2012. Obtido na Internet: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/viewFile/155/144>.

HYGINO, José. **Monumenta Hyginia- Projeto de Preservação e Acesso da Coleção José Hygino**; tradução do *Dagelijkse Notulen (OWIC-NA)* Volume IV, período de 01 de janeiro a 30 de dezembro 1636. Pernambuco, Laboratório Líber da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco: Revisão Março/2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Ed. Penguin & Companhia das Letras. 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2ª Ed. 1979.

MELO, Mário Lacerda de. **Holandeses e Portugueses**. In: Revista de História, V.7, n.16, USP, São Paulo. (1953). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35778/38494>. Acesso em: 22 jan 2018.

MENEZES, José Luiz Mota. **Arquitetura e Urbanismo no Recife do Conde Maurício de Nassau**. In: Relendo o Recife de Nassau. Organizadores: VERRI, Gilda Maria Whitaker; BRITTO, Jomard Muniz de. Recife: Bagaço, 2003.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura**. 3ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

MOPECE, Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. **Módulo 2: Saúde e doença na população.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. Obtido na Internet: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo\\_principios\\_epidemiologia\\_2.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/modulo_principios_epidemiologia_2.pdf).

OERS, Ron van. **Dutch Town Planning Overseas during VOC and WIC Rule (1600-1800).** Ed. Walburg Pers. Zutphen/Holanda: 2000.

PEAVY, Howard S.; ROWE, Donald R.; TCHOBANOGLIOUS, George. **Environmental Engineering.** Singapura: McGraw-Hill Book, 1986.

PISO, Guilherme. **História Natural e Médica da Índia Ocidental em Cinco Livros.** Traduzido e anotado por Mário Lôbo Leal. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura, 1957.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; SILVA FILHO, Wellington Bernadelli. **Além do Paraíso: animais, insetos e peçonha na América portuguesa do século XVI.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. Obtido em 15/08/2018 na página: [file:///C:/Users/WILSON%20BELFORT/Documents/Particulares%20Família/Cursos%20de%20História/TCC%20II/Fontes%20Digitais/Sobre%20Microbiologia/1300883244\\_ARQUIVO\\_TrabCompletoWellingtonSilvaFilhoAnpuh2011.pdf](file:///C:/Users/WILSON%20BELFORT/Documents/Particulares%20Família/Cursos%20de%20História/TCC%20II/Fontes%20Digitais/Sobre%20Microbiologia/1300883244_ARQUIVO_TrabCompletoWellingtonSilvaFilhoAnpuh2011.pdf).

SCLIAR, Moacir. **Fato histórico - o nascimento da saúde pública.** Brasília: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Abr-Jun, 1988. Obtido na Internet: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v21n2/14.pdf>.

SILVA. Leonardo Dantas. **João Maurício: Um príncipe renascentista em terras do Novo Mundo.** In: Brasil Holandês: História, Memória e Patrimônio Compartilhado. Organizadores: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. São Paulo: Alameda, 2012.

WÄTJEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil.** Traduzido por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira, v. 123).

ZUMTHOR, Paul. **A vida cotidiana - a Holanda no tempo de Rembrandt.** Traduzido por Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.